

MERCADO INFORMAL DE TRABALHO: UMA INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR

*Liana Maria Carleial de Casimiro**

Resumo: Discute-se, inicialmente, o Mercado Informal de trabalho, no contexto da marginalidade. Em seguida, destacam-se algumas das concepções presentes na literatura sobre este mercado. Apresenta-se, ainda, um *Estudo de Caso*, baseado em dados coletados através de questionários aplicados numa amostra da população pobre, em Fortaleza, Ceará, em dezembro de 1973, pelo Curso de Mestrado em Economia (CAEN), da Universidade Federal do Ceará. Evidenciam-se indicadores sócio-econômicos da população em estudo, associando-os à própria formação da economia local. Constata-se que: a) a maioria (51,4%) dos ocupados se encontra no Setor Terciário e percebe baixos salários; b) a educação formal não se coloca como pré-condição para maiores rendas; c) já a educação informal, entendida como anos de experiência na ocupação, é mais facilmente traduzida em aumentos de renda. Citam-se, finalmente, alguns mecanismos mantenedores deste quadro e sugerem-se algumas medidas corretivas, destacando a subordinação de tais medidas a decisões essencialmente políticas.

I – INTRODUÇÃO

É recente o interesse pelo conhecimento das relações de produção e trabalho desenvolvidas no Mercado Informal de Trabalho no Brasil. Mesmo assim, tem-se um volume considerável de estudos, os quais tentam situar essa problemática, buscando suas causas na própria história do desenvolvimento econômico brasileiro. Acredita-se, entretanto, que muito tem que ser pesquisado e analisado, no sentido de esclarecer pontos ainda obscuros, bem como apontar mecanismos sociais, econômicos e institucionais que permitam a manutenção de tal quadro.

(*) Professora do Departamento de Teoria Econômica e do Curso de Mestrado em Economia (CAEN), da Universidade Federal do Ceará. A autora agradece os comentários e críticas dos professores Agamenon Tavares de Almeida, do Departamento de Teoria Econômica e do Curso de Mestrado em Economia (CAEN), da Universidade Federal do Ceará, e José Roberto Mendonça de Barros, da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo. As opiniões aqui emitidas são, todavia, de sua inteira responsabilidade.

Para Ricardo Lima¹, “a literatura sobre Mercado Informal tem o mérito de ter desviado a atenção de muitos economistas da crença nos poderes do funcionamento de mecanismos de mercado para a determinação de salários e sua distribuição para colocá-la em aspectos históricos, estruturais e institucionais”. E mais adiante afirma: “Outro mérito da teoria relacionada ao Mercado Informal de trabalho é o fato de retirar a ênfase de fatores ligados a capital humano para explicar diferenciais de renda e passar a colocá-la em fatores estruturais institucionais”.

Pode-se dizer, ainda, que o estudo do Mercado Informal tem algo a ver com toda a discussão sobre Subutilização de Recursos Humanos. O certo é que, no Brasil, as taxas de desemprego aberto, em áreas urbanas, divulgadas (2,0% em 1970²), poderiam induzir qualquer indivíduo mais descuidado a supor que não se têm problemas de emprego, com alguma gravidade. Mesmo para a região Nordeste (que apresentou uma taxa de desemprego aberto em torno de 4,7% em 1970³), essa conclusão poderia manter-se. No entanto, é indispensável lembrar-se das inúmeras formas de subemprego e desemprego disfarçados que convivem na economia brasileira, configurando o que se poderia chamar de subutilização de Recursos Humanos.⁴

Este fato limita muito, ou melhor, impede o grande efeito que se seguiria a uma maior margem de desemprego aberto, dada a inexistência de uma estrutura de amparo social que amenize situações desse gênero, como seguro de desemprego, por exemplo. Nessa linha, o estudo do Mercado Informal de Trabalho teria ligações com essa discussão, sem, no entanto, pôr de lado as ambigüidades com as quais forçosamente se tem de conviver. Não há, realmente, uma associação entre as duas idéias, dado que nem todo trabalhador no Mercado Informal poderia ser considerado subutilizado ou subempregado. A partir daqui, fundamenta-se melhor a idéia de que uma das funções do mercado em questão seria a de “amortecedor” de tensões sociais.

¹ Ricardo Lima, O Setor Informal como alternativa para a Problemática do Emprego, em *Anais do Seminário de Desenvolvimento Social* – Governo do Estado da Bahia, junho 1976, págs. 94-132.

² Estimativa a partir do Censo Demográfico de 1970.

³ Estimativa a partir do Censo Demográfico de 1970.

⁴ Para uma colocação teórica do problema, veja: José Hamilton Gondim Silva, Subutilização de Recursos Humanos: Aspectos Teóricos. *Estudos Econômicos*, IPE/USP, vol. 4, no. 1, 1974.

A magnitude do problema é nitidamente evidenciada através das características geralmente encontradas entre aqueles indivíduos participantes do Mercado Informal. Não existe, como será discutido, uma definição homogênea entre os autores que estudam essa questão. Alguns ressaltam a forma de inserção no mercado de trabalho, outros, o nível de renda e outros, ainda, o aspecto jurídico. Tomando-se como exemplo o último aspecto, o Mercado Informal seria composto por trabalhadores que “não existem” legalmente, ou seja, não trabalham com Carteira Profissional assinada, não desfrutando, portanto, da utilização dos serviços da Previdência Social. Mas, a inexistência da Carteira Profissional impede a obtenção de outros direitos que a legislação em vigor garante, tais como: salário-família, férias remuneradas, FGTS, 13o. salário e, finalmente, aposentadoria.⁵

Este trabalho foi realizado em decorrência dessa peculiar discussão. É necessário, entretanto, esclarecer que se trata de um estudo inicial, ou seja, constitui uma primeira concepção da autora a respeito do assunto. Reconhecem-se, assim, suas limitações e a necessidade de uma maturação mais cuidadosa das idéias aqui expostas. Todavia, é um ponto de partida para posteriores discussões sobre o tema em questão.

Inicia-se com uma tentativa de situar o Mercado Informal de Trabalho a partir da questão da Marginalidade. Num segundo passo, discutem-se algumas de suas conceituações. Em seguida, apresenta-se um estudo de caso, para evidenciar algumas condições significativas das pessoas engajadas nesse mercado. As informações utilizadas foram obtidas através de uma pesquisa de campo realizada pelo Curso de Mestrado em Economia (CAEN), em algumas cidades do Nordeste, em 1978. Essa pesquisa foi realizada em conjunto para 11 cidades do Nordeste, e recebeu financiamento da Fundação Ford, Fundação Rockefeller e BNDE.

Na seção seguinte, apontam-se alguns mecanismos que se supõe mantenedores dessas condições e sugere-se, cuidadosamente, alguma medida que poderá alterar tal ordem. Essa etapa do estudo pode parecer pretensiosa e ingênua ao mesmo tempo. Pretensiosa, pois já existem alguns estudos com esse intuito e, portanto, seria apenas mais um reforço a tais posições, na medida em que, quanto mais se discute sobre o assunto mais difícil se torna deixá-lo de

⁵ Aqui foram referidas apenas vantagens diretas da “existência legal”. Para uma análise de outras implicações, veja: Luís Machado da Silva, *Mercados Metropolitanos de Trabalho Manual e Marginalidade*, Dissertação de Mestrado, UFRJ, 1971 (mimeo.).

lado. Ingênua, pois quaisquer modificações estariam subjugadas a decisões essencialmente políticas.

Finalmente, espera-se com esse estudo avançar um pouco no entendimento dessa questão.

II – MERCADO INFORMAL, A PARTIR DA QUESTÃO DA MARGINALIDADE

O ponto de partida desse estudo é a tentativa de compreender as características ou condições que determinam o “enquadramento” no que a literatura chama de Mercado Informal de Trabalho. Do estudo encetado, fica muito claro a superposição de termos e rótulos, os quais vão “batizar” determinadas condições de inserção no mercado de trabalho. Tenta-se, então, colocar a questão, no caso brasileiro, num contexto mais amplo.

Observando-se o desenvolvimento da economia brasileira a partir da década de 30, percebe-se a evolução de um processo que possibilitaria a transformação de uma economia primário-exportadora, para uma economia de base industrial. A década de 30, aqui considerada, não significa o desconhecimento de um esforço industrial anterior como, por exemplo, o ocorrido na última década do século passado ou, ainda, a fase de formação de capacidade anterior à 1ª. Guerra Mundial. Constitui-se, apenas, num marco de maior significação. Por outro lado, a análise das diferentes características dos países que se desenvolveram nos séculos XVIII e XIX (por exemplo: taxas de crescimento populacional inferiores, maciças migrações internacionais que reduziam a pressão sobre o mercado de trabalho, tecnologia diferenciada, etc.) e dos países que só iniciaram esse processo no século atual, evidenciam, conseqüentemente, capacidade de absorção de mão-de-obra também diferenciada. Portanto, uma vez que o mundo desenvolvido não mais permitia repetições no mesmo estilo, o desenvolvimento industrial brasileiro registra-se com uma peculiaridade fundamental, que seria a de gerar produto, com uma utilização de mão-de-obra, por unidade de capital, inferior à dos países já desenvolvidos, em seus respectivos processos de industrialização.⁶

⁶ Esse argumento deve-se a Francisco de Oliveira, *A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista*, Estudos Cebrap no. 2, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1977, 3a. edição, págs. 6-78.

Realmente, tal característica sugeriria um processo de “relativa exclusão” de sua população nesse setor produtivo.⁷

Com efeito, a implantação de um processo industrial capitalista exerce atração sobre as populações rurais (devido, basicamente, à perspectiva do emprego industrial), mas, também elabora fatores de expulsão (devido, sobretudo, a alterações nas relações de produção e trabalho no campo), condicionando, portanto, um forte movimento migratório. Adicionando-se a esse processo de migração rural-urbano o crescimento natural das cidades e as condições de produção estabelecidas em áreas urbanas, cria-se um crescente volume adicional à força de trabalho, que não consegue engajar-se à forma de produção dominante. Torna-se claro que a demanda por mão-de-obra dos outros setores deveria ser estimulada para absorver a mão-de-obra excedente, a cada ano. Caso contrário, ter-se-iam desemprego e/ou inúmeras formas de subemprego. Na década de 50, o emprego industrial cresceu a uma taxa de 2,3%, enquanto a taxa de crescimento populacional urbana crescia a 5,6%. Observe-se que, aliado ao desenvolvimento industrial há uma intensificação do processo de urbanização a partir da década de 50.

A população urbana do país, que em 1950 representava 36% do total, alcança 45% em 1960, tendo crescido a uma taxa anual de 5,4% enquanto a população total cresceu 3,1% e a rural apenas 1,6%. Nos anos 60, esse incremento é menos acentuado, tendo atingido 2,9% ao ano para a população total, 0,7% para a população rural e 5,2% para a população urbana. No entanto, é nesta década que se inverte a relação população urbana/população rural, tendo a 1ª. atingido os 56% do total em 1970.⁸

Assim, a partir de 1958, originou-se o termo “marginalidade urbana” para caracterizar uma significativa faixa da população urbana que não consegue inserir-se no mercado de trabalho ou o faz de maneira insatisfatória. Segundo Lúcio Kowarick, o conceito de marginalidade é equacionado em termos do processo de inserção no sistema produtivo. E afirma: “os trabalhadores marginais participam de unidades produtivas cujo arcaísmo tecnológico e das relações de trabalho dificilmente permite defini-las como tipicamente ca-

⁷ De modo geral essa idéia é compartilhada por Hamilton C. Tolosa, *Dimensão e Causas da Pobreza Urbana*, Estudos Econômicos, FIEP/USP, vol. 7, no. 1, 1977.

⁸ Helga Hoffmann, *Emprego e Subemprego*, mimeo., Brasília, 1972; *apud* Cheywa R. Spindel, *Metropolização, Urbanização e Recursos Humanos*, Cadernos Cebrap, no. 25, São Paulo, 1976, p. 9.

pitalistas”.⁹ Para esse autor, as ocupações caracterizadas como marginais são: trabalhadores por conta própria, trabalhador intermitente, trabalhadores na produção artesanal e na indústria a domicílio. Merece destaque também o fato de que, na colocação de suas idéias, o autor citado não considera relevante a renda auferida por estes trabalhadores como indicação de marginalidade, mas, sim, a forma de inserção do indivíduo no mercado de trabalho.

Muitas explicações¹⁰ foram propostas até que se configurassem com maior nitidez os fenômenos aqui descritos, causadores da marginalidade.

Um dos maiores empecilhos à melhor visualização da marginalidade situa-se numa lógica dual suposta para a economia. Ademais, a própria idéia de dualidade, entendida como contrastes entre estruturas cujas dinâmicas são diferentes e autônomas, encobre e escamoteia o problema. Assim, a posição entre trabalhadores marginais e assalariados nada tem a ver com uma suposta dualidade que confronta duas formas produtivas estanques, uma dinâmica e outra que constituiria um peso morto no processo de geração de riqueza. “Em outros termos, não se trata de duas estruturas, uma moderna e outra ‘tradicional’, ‘arcaica’ ou ‘marginal’. Trata-se de uma única lógica estrutural, de tipo capitalista, a qual, ao mesmo tempo gera e mantém formas de inserção na divisão social do trabalho não tipicamente capitalista, que, longe de serem um peso morto, constituem partes integrantes do processo de acumulação”.¹¹

Em resumo, o que se explica com a análise desenvolvida, é a lógica da própria marginalidade. Isto é, a marginalidade existe como decorrência de um dado tipo de desenvolvimento, num determinado momento histórico. Não se pode, entretanto, omitir o papel, mesmo que subordinado, desempenhado pela política econômica na perpetuação destas condições. No caso brasileiro, podem-se citar como exemplos as políticas de substituições de importações, incentivos fiscais, créditos, subsídios, etc., dirigidas com maior intensidade ao setor industrial. A este quadro associa-se ainda a inexistência de políticas efetivas de fixação do homem à terra, necessárias à redução do fluxo migratório campo-cidade.

⁹ Lúcio Kowarick, *Capitalismo e Marginalidade na América Latina*. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1975, p. 86.

¹⁰ Para detalhes da evolução do pensamento sobre o assunto, veja: Lúcio Kowarick, *op. cit.*, e Manoel T. Berlinck, *Marginalidade Social e Relações de Classes em São Paulo*, Vozes, Rio de Janeiro, 1975.

¹¹ Lúcio Kowarick, *op. cit.*, p. 61.

Aqui, tem-se posto de lado a função do setor terciário como absorvedor de mão-de-obra. Spindel,¹² através de dados do Censo Demográfico para o Estado de São Paulo, analisa a estrutura de emprego do setor terciário e conclui que os resultados se contrapõem às considerações de que os empregos de serviços estariam respondendo dinamicamente e produtivamente à representação da metrópole dentro da área. Em 1970, a estrutura de emprego por setor de atividade apresentava a seguinte configuração: primário, 44,6%; secundário, 18% e terciário, 37,4%. Na grande maioria dos textos sobre o assunto, consideram-se as atividades do setor terciário como de baixa produtividade. No entanto, deve-se destacar a existência de um segmento desse setor com características bastante semelhantes ao setor industrial, em termos de acumulação, porém, limitada, dada a fragilidade ou inexistência de políticas estimuladoras. Mas, nesse segmento do setor terciário há também pequena absorção de mão-de-obra. As atividades de serviços, consideradas no Mercado Informal, são aquelas de baixa produtividade e que não existem sob aspectos jurídicos. Mais adiante, entretanto, voltar-se-á a discutir o papel do terciário.

Assim, as ocupações surgem e se multiplicam devido à instalação do próprio modo de produção capitalista. Esse modo de produção, penetrando em menor ou maior intensidade no campo, gera uma desintegração do emprego nesse setor, liberando mão-de-obra. A evolução do processo de industrialização determina uma forte atração dessa mão-de-obra que vem juntar-se à já existente nas cidades. Dado que não há condições de absorção através dos setores terciário e secundário desse contingente populacional, criam-se condições para o surgimento das chamadas ocupações marginais. Aqui, já fica necessário explicar que essa "criação" e "manutenção" das ocupações marginais obedecem a uma dinâmica que, de alguma forma, estaria ligada às ocupações não-marginais.

Faz parte do pensamento dos autores citados evidenciar que esse contingente não constitui "peso morto" no processo de acumulação, dado que funciona como verdadeiro "exército industrial de reserva", bem como, desempenha um conjunto de atividades necessárias e possibilita uma maior taxa de exploração. Dessa forma, não constitui o que poderia ser chamado "terciário inchado". Conforme Francisco de Oliveira,¹³ o "terciário inchado" seria caracterizado como consumidor do excedente e comparecendo como um "peso morto" na formação do produto.

¹² Spindel, *op. cit.*, p. 38.

¹³ Francisco de Oliveira, *op. cit.*, p. 24.

Retomando a questão de quais ocupações seriam consideradas marginais, ter-se-iam aquelas de baixa produtividade, com pouca ou nenhuma utilização de capital e precária condição tecnológica. De forma mais objetiva, seriam os trabalhadores por conta própria, biscateiros, vendedores ambulantes, ocupações domésticas, artesãos e manufaturas domiciliares. Aqui fica incorporada, também, a idéia de pequena empresa familiar, bem como o trabalhador que explora sua própria força de trabalho.

A colocação da questão da marginalidade fornece um campo de análise mais vasto para o Mercado Informal de Trabalho, cedendo o quadro teórico necessário ao desenvolvimento do seu estudo. À primeira vista, partindo-se da idéia inicial sobre Mercado Informal, considerada na introdução desse trabalho, é possível pensar-se nesse mercado como um subproblema, advindo da condição de marginalidade. Nessa altura do trabalho, acredita-se na necessidade de explicar que o termo "marginalidade", aqui, não está colocado como um rótulo para indivíduos marginais. Pois, se assim o fosse, eles deveriam ser considerados marginais em relação a alguma coisa. Essa denominação parece ter surgido das primeiras idéias sobre o assunto, as quais supunham que tais indivíduos eram marginais por residirem em favelas ou por serem passivos a quaisquer mudanças na sociedade. Entretanto, após a leitura desenvolvida, percebe-se que tais indivíduos não são "marginais" no sentido do termo. Na realidade, eles desempenham uma função no sistema econômico. Não estão à margem do sistema. Podem, inclusive, constituir uma necessidade à própria manutenção do crescimento acelerado. A esse respeito, pronuncia-se Berlinck: "Em outras palavras, qualquer que seja a estrutura básica ou dominante de uma sociedade, ela só assim é definida devido ao tipo de relacionamento que mantém com as estruturas secundárias e com as 'estruturas marginais'."¹⁴ Ora, se tal fato é verdadeiro, então as "estruturas marginais" são tão básicas para a definição global da sociedade como a básica ou "dominante".

Em seguida, serão discutidas as várias definições e conceituações de Informal, a fim de construir-se um quadro de referências um pouco mais completo.

¹⁴ Berlinck, in Lúcio Kowarick, *op. cit.*, p. 99.

III – UMA CONCEITUAÇÃO DE MERCADO INFORMAL DE TRABALHO

1. O ASPECTO JURÍDICO

É crescente o interesse entre economistas, sociólogos, historiadores e políticos sobre o comportamento atual e perspectivas desse peculiar mercado, no Brasil. Estima-se¹⁵ que 30 a 40% dos indivíduos ocupados encontram-se nesse setor. É claro que, em determinadas regiões, tal quadro deva agravar-se, e há fortes indicações de que o Nordeste representa essa posição. Em recente pesquisa, Tolosa analisa as características das 95 cidades mais pobres, com mais de 50.000 habitantes, no Brasil. Entre as 30 cidades mais pobres, 21 situam-se no Nordeste.¹⁶

Entre os autores que primeiro analisaram este assunto, no Brasil, encontra-se Machado da Silva.¹⁷ Esse autor explicita as alternativas de comportamento sob a forma de normas jurídicas. Para ele, “as ocupações, no Mercado Informal desenvolvem-se num contexto sem qualquer tipo de reconhecimento oficial”. A essa idéia, contrapõe-se a de Mercado Formal, onde se dá a proteção e definição legal do emprego. Como característica básica do Mercado Informal ele qualifica a distribuição dos riscos, através da diversificação de padrões, que se constituem em consumidores de serviços pessoais. Um outro aspecto relevante apontado por Machado da Silva é o significado econômico das relações pessoais nesse mercado, no qual a segurança da ocupação depende sempre do próprio trabalhador e a estabilidade depende da capacidade de barganha no mercado. As atividades consideradas pelo autor em questão como típicas desse mercado são: prestação de serviços, construção civil, atividades artesanais (realizadas individualmente), atividades comerciais (vendedores ambulantes, trabalhadores por conta própria, biscateiros) e atividades domésticas.

Tendo em vista as proposições acima expostas, algumas considerações devem ser feitas. Não se acha viável a separação entre “firma” e “indivíduo”, a qual exclui dos limites da “informalidade” uma série de pequenas unidades produtoras que vivem na “clandestinidade”, isto é, não são registradas. Nesse âmbito é possível considerar o indivíduo como unidade produtora que utiliza sua própria força de trabalho. Assim, o Mercado Informal seria composto não

¹⁵ Mesa Redonda sobre o Setor Informal de Trabalho, IPEA, Brasília, 1976 (mimeo.).

¹⁶ Hamilton Tolosa, *op. cit.*

¹⁷ Luís Antônio Machado da Silva, *op. cit.*

só de indivíduos sem carteira profissional assinada, como empregados ou autônomos, bem como, de firmas também sem registro. Com esse adendo o “patrão”, no Mercado Informal, deixaria de ser simplesmente um mero consumidor de serviços pessoais, mas, também, “empregador” que utiliza fatores de produção com o fim de elaborar um determinado bem. É claro que tal produção estaria sendo gerada utilizando pouco capital, com precárias condições técnicas, etc. Esse seria o caso da pequena indústria artesanal, da indústria domiciliar (manufatura). No Nordeste por exemplo, pode-se citar, entre outras, manufaturas de redes, chapéus e rendas. A figura do “empregador” sugere a possibilidade da formação de um novo componente da demanda por trabalhadores informais. Um outro fato relevante seria colocar o problema da “exclusão” em que se situam os indivíduos aqui envolvidos. A “exclusão” entendida como uma não participação em determinadas vantagens oferecidas ao trabalhador formal. No caso das firmas, há uma impossibilidade de acesso a crédito, entre outras limitações; quanto aos indivíduos, não há uma garantia do recebimento de salário-mínimo¹⁸ ou de qualquer vantagem descrita nas leis trabalhistas. Além disso, não é possível ter acesso a qualquer programa social que exija comprovação do emprego e da renda.

Um ponto que no momento já parece claro é que esse comportamento “clandestino” tem uma razão de ser e tal razão acredita-se esteja na própria forma como se realiza a produção, nesse Setor: para as firmas, o pouco ou quase nenhum acesso ao capital e o desconhecimento de tecnologia apropriada; no caso do trabalho individual, a falta de instrução e de instrumentos necessários, gerando, praticamente, atividades improvisadas. Logicamente, nessa ordem não haveria condições necessárias à regularização formal. Assim, a “clandestinidade jurídica” ficaria associada a determinadas ocupações, dada a forma em que se realizam. No entanto, deve-se lembrar também que, algumas vezes, o engajamento no setor informal não é imposto ao trabalhador, mas, sim, desejado por ele, movido pelo interesse de maiores rendas, melhor forma de vida, independência de padrões e horários. Situações como esta, entretanto, não chegam a comprometer as características gerais do problema, dado que se constituem verdadeiras raridades.

¹⁸ Uma recente pesquisa sobre famílias brasileiras, cobrindo 26 milhões de pessoas com renda monetária, mostrou que 28% possuía renda monetária mensal abaixo da metade do salário mínimo e 52% recebia até um salário mínimo. IBGE/PNAD, 1972, in Roberto Macêdo, “Uma Revisão Crítica da Relação entre a Política Salarial pós-64 e o Aumento da Concentração da Renda na Década de 60”, *Estudos Econômicos*, FIPE/USP, vol. 6, no. 1, 1976.

Deve-se ressaltar, ainda, que o direito de escolha restringe-se aos trabalhadores por conta própria, que conseguem imprimir um toque pessoal aos seus trabalhos, que não seria traduzido em aumentos de salários no Setor Formal.

Alguns trabalhos colocam a questão da rotatividade entre Mercado Informal e Formal. Para alguns, a passagem pelo Mercado Informal seria obrigatória, em certos casos. No entanto, pouco se conhece a respeito dessa rotatividade, dado que seria necessário um histórico ocupacional para cada indivíduo. Outros pontos ainda são colocados, tais como, a alta participação de velhos, mulheres e crianças.

2. O MERCADO INFORMAL EM RELAÇÃO AO MODO DE PRODUÇÃO DOMINANTE

Uma outra abordagem é desenvolvida por Ekerman.¹⁹ Esse autor parte da colocação dos vários modos de produção, tomando como fundamento a História da Europa Ocidental, desde o século VIII, até os dias de hoje. “Ao longo desse período, quatro modos de produção se mostraram, em épocas determinadas, caracteristicamente dominantes. São eles: o modo de produção Feudal, o modo de produção Mercantil Simples, o modo de produção Mercantil Capitalista e o modo de produção Industrial Capitalista”. Após um estudo detalhado dos critérios de finalidade de produção e organização do trabalho nesses modos de produção, ele afirma: “A rigor, não há modo de produção feudal, mercantil ou capitalista, em nenhum país; existe, sim, uma formação social cuja representação teórica é obtida através de uma justaposição irregular de modos de produção definidos idealmente. No Brasil, por exemplo, existe uma formação social em que relações no Modo de Produção Capitalista são dominantes”.

A partir desse pressuposto Ekerman denomina “setor Formal” ao conjunto da população que participa do modo de produção dominante e, por consequência, das relações de poder deste, com direitos e obrigações definidos. Ao conjunto da população que participa dos modos de produção outros que o dominante e, portanto, não participa de suas relações de poder, denominam “Setor Informal”. Chama a atenção também para as precárias condições em que vive esse conjunto da população, bem como do pequeno acesso aos benefícios referentes ao setor formal.

¹⁹ Raul Ekerman, *Absorção de Mão-de-obra nos Mercados Formal e Informal, Tecnologia e Distribuição de Renda*, Relatório de Pesquisa, FIPE/USP, 1976, pp. 17-23.

Uma contribuição muito elucidativa é apresentada por Ekerman,²⁰ quando ele aponta, no modo de produção capitalista, setores diferenciados. Esses setores são definidos em função da sua colaboração no processo de criação de mais-valia. O primeiro deles é o **Setor de Criação de Mercadorias**, representado pelas ocupações que estão na linha de produção das indústrias de transformação, as ocupações manuais da construção civil e da chamada indústria de transportes e comunicações. O segundo é o **Setor de Realização**, responsável pela prestação de serviços, que permite a criação de mercadorias em escala crescente. Este setor congrega as ocupações que executam as atividades de comercialização de mercadorias e de financiamentos à criação de mercadorias. O terceiro é o **Setor Institucional**, que congrega as atividades que garantem a manutenção e aperfeiçoamento das regras do jogo do modo de produção. As ocupações representativas deste setor são as de gerência e administração dos Setores de Criação e Realização, bem como, as administrativas e técnicas (consultores, professores e funcionários públicos), defesa e segurança. A união destes três setores é o Setor Formal. O Setor Informal, por sua vez, teria como característica o fato de não colaborar no processo de criação de mais-valia, em escala crescente. Para efeito da pesquisa, o Setor Informal foi perfeitamente associado às atividades de Prestação de Serviços. A partir dessa configuração dos diversos setores da economia, o autor apresenta resultados preciosos no sentido de permitir a visualização das diferenças esperadas, mas não conhecidas entre as regiões do país, as quais serão discutidas na seção IV, desse estudo.

Em função do que foi apresentado, é necessário discutir alguns pontos no sentido de caminhar melhor na direção do maior entendimento das características do Mercado Informal:

a. A colocação feita por Ekerman de que a construção civil como um todo seria enquadrada no Setor de Criação e, portanto, no setor Formal, deixa de lado o peso incrível desse setor produtivo como absorvedor de mão-de-obra no Mercado Informal, dada a baixa produtividade, nível de salário ganho dos que desempenham atividades como pedreiros, ajudante de pedreiro e trabalhador braçal, e, ainda, o caráter sazonal da ocupação. É claro que dada a proliferação de Construtoras, é de se pensar que todos os trabalhadores estariam "regularmente" contratados. Isso não ocorre no todo. E ainda deve-se levar em conta o grande número dos que trabalham por empreitada, ligados a um mestre-de-obra apenas enquanto dura cada atividade.

²⁰ Raul Ekerman, *op. cit.*, pp. 26-27.

b. Ekerman afirma ainda que o Setor Informal congrega ocupações que, do ponto de vista descritivo da tarefa que executam, poderiam se enquadrar em um dos três subsetores do Formal. A diferença é que, nos setores de Criação e Realização, os indivíduos ao serem empregados, lado a lado à folha de salário, geram também uma folha de lucros. No Setor Informal a distinção entre folha de salário e de lucros não existe, há simplesmente formação de rendimentos. Por outro lado, no setor Institucional os indivíduos empregados, ainda que não gerem folha de lucros paralelamente à folha de salários, exercem atividades que ajudam a manter e justificar os processos de geração de folhas de lucros, nos setores de Criação e Realização.

Essa detalhada e clara explanação da posição do Setor Informal permite que se avance um pouco na discussão de sua real colocação diante dos outros setores da economia. É fácil entender que o Mercado Informal não gere lucros no próprio setor, dado que se admite que ele não realiza reprodução ampliada. No entanto, há muitas indicações de que ele seja uma fonte de maior taxa de lucros para o Setor Formal. Considerem-se alguns exemplos: uma firma do Setor Formal pode perfeitamente utilizar-se de serviços do Mercado Informal sob a forma de serviços de reparação, manutenção, limpeza, ou coisas que o valha e, daí, dado o tipo de relacionamento existente no Mercado Informal, conseguir um montante de lucros maior, devido ao menor custo desses serviços.

Admite-se que muitos empregados do Setor Formal, individualmente, utilizam serviços do Mercado Informal, como um meio de alocação mais eficiente de renda. Esse fato geraria um efeito de manutenção de seus salários a níveis mais baixos do que se os preços de seus trabalhos levassem em conta tais serviços, no setor Formal. Isso também levaria a uma maior taxa de lucros deste setor. Assim, parece viável pensar no Mercado Informal como possuidor de algum poder em "manter e frutificar os processos de geração de folhas de lucro". A esse respeito, pronuncia-se Kowarick:²¹ "Posto venderem bens e serviços a baixos preços, podem propiciar às camadas médias e altas as possibilidades de contar maior parcela de "excedente" econômico, o que se ajusta perfeitamente a uma forma de acumulação apoiada na concentração de renda e na dos seus segmentos não-especializados".

Essas considerações podem parecer, à primeira vista, marginais e insignificantes, mas permitem divisar uma componente relevante, que é a necessidade do conhecimento da demanda pelo Setor Informal. Parecem difíceis

²¹ Lúcio Kowarick, *op. cit.*, p. 84.

quaisquer tentativas mais eficientes, no sentido de alterar essas condições, sem um melhor conhecimento da estrutura da demanda por esse Setor. Assim, ficariam mais claras a existência e a direção dos benefícios auferidos pela manutenção e ampliação desse Mercado.

c. Um último aspecto é a associação perfeita entre Mercado Informal e as atividades de Prestação de Serviços, pelos mesmos motivos já apontados quando da análise do trabalho de Machado da Silva,²² onde parece crucial a exclusão feita à pequena empresa de artesanato, domiciliar, etc.

3. MERCADO INFORMAL *VERSUS* POBREZA URBANA

Existe uma linha de pensamento²³ que coloca o Mercado Informal como uma sofisticação da própria pobreza urbana. Assim, toda e qualquer tentativa de explicar esse mercado poderá ser simplificada com a unificação desses indivíduos sob o aspecto da Renda. Após a discussão dos dois pontos anteriores, essa visão simples da pobreza, apesar de ser relevante, aliada a outros caracteres, pode ser considerada extremamente “pobre”, do ponto de vista da explicação das condições reinantes nesse mercado, além de comprometer um pouco a tentativa de alteração dessa condição, dado que parece sugerir como solução suficiente uma política redistribuidora de renda. Conforme as análises feitas pelos autores até aqui considerados, o problema do Mercado Informal é bem mais complexo do que simplesmente uma questão de renda.

4. UMA TENTATIVA “CONCILIATÓRIA”

É evidente a dificuldade de conceituar o Mercado Informal de trabalho. A preocupação não consistiu numa mera questão de definição. A preocupação maior foi, em função de cada idéia definida sobre o assunto, buscar as ligações, os porquês, dessa ou daquela visão do problema. Nesse ponto, então, volta-se um pouco à noção de marginalidade discutida na seção II do trabalho. Agora, fica mais clara a identificação entre a idéia de ocupações marginais e ganha relevo a forma de inserção no mercado de trabalho. Logo, a forma de inserção no mercado de trabalho definiria ou qualificaria a “informalidade”. Da própria forma de inserção no mercado de trabalho possível a um determi-

²² Machado da Silva, *op. cit.*

²³ Uma idéia bem elaborada desse pensamento, destacando o componente migração, está em José Carlos Peliano, *Setor Informal ou Pobreza Urbana?* IPEA, Rio de Janeiro, 1976 (mimeografado).

nado número de pessoas decorrem questões, tais como a não-formalização do emprego via Carteira Profissional, impedindo, desta feita, a participação em Programas Sociais que visam à classe trabalhadora, bem como, a própria sujeição às leis trabalhistas. A partir da posição frágil que os trabalhadores, nessas condições, ocupam, deriva também todo o problema da remuneração, isto é, as baixas rendas recebidas e, em decorrência, o baixo padrão de consumo.

Do ponto de vista da Economia como um todo, é possível entender que as articulações no Mercado Informal não se dão isoladamente do Setor Formal, ou seja, que em todas as relações produtor *versus* consumidor, ambos os agentes sejam do Mercado Informal. Logo, há uma transferência ou um benefício na existência e manutenção desse mercado.

Não se podem esquecer, no entanto, as ambigüidades presentes em toda discussão sobre Mercado Informal, dado que é possível, por exemplo, o trabalhador não ser empregado com carteira assinada e desfrutar de uma renda superior àquela destinada a essa mesma ocupação no Setor Formal. Logo, para esse trabalhador existiria um custo em trocar de mercado.

A fim de juntar as peças que compõem o quadro do Mercado Informal, Ricardo Lima²⁴ expressa-se assim: "Esse setor se caracteriza por ocupações do seguinte tipo: aquelas em que trabalham autônomos (excluídas profissões liberais) ou aquelas em que trabalham pessoas sem contrato de trabalho, sem direito a salário mínimo ou benefícios da previdência social, sem outros benefícios da legislação social em geral; aquelas em que a entrada é fácil (não há seleção, testes, barreiras, enfim); aquelas em que a rotatividade é alta; onde os estabelecimentos são pequenos (alguns colocam o limite de 5 empregados), e que funcionam com uma quantidade mínima de capital; as ocupações onde por todas essas razões os rendimentos são determinados a partir de uma concorrência intensa. De uma forma mais resumida, poder-se-ia dizer que este é um segmento do mercado de trabalho com relações informais de trabalho, baixa produtividade, renda intermitente, alta rotatividade, estabelecimentos pequenos, de organização familiar e pouco capitalizados".

Toda essa discussão poderia ter sido evitada, caso a utilização dessa caracterização houvesse sido logo feita. Entretanto, acredita-se que o caminho seguido tenha gerado um melhor entendimento da existência do Mercado Informal, bem como, das dificuldades no seu trato.

²⁴ Ricardo Lima, *op. cit.*, p. 96.

Na próxima seção, será desenvolvido um estudo de caso, apresentando algumas características dos indivíduos que desempenham funções ou ocupações ditas informais.

IV – UM ESTUDO DE CASO

IV.1. OBJETIVO

O estudo de caso aqui desenvolvido tem dois objetivos: em primeiro lugar, evidenciar algumas condições sócio-econômicas, a que são submetidos os indivíduos em análise, na cidade de Fortaleza; em segundo lugar, conhecidas tais condições, tentar divisar algum mecanismo mantenedor da situação vigente, bem como, a partir daí, sugerir medidas corretivas.

As informações disponíveis, se manuseadas de forma mais aprimorada, poderiam propiciar condições de um comportamento analítico mais rico. Todavia, o caráter exploratório desse primeiro estudo e as premissas de tempo limitaram um pouco esse aspecto. Acredita-se, entretanto, na sua validade como um direcionamento de investigações futuras.

IV.2. OS DADOS

O estudo utiliza informações coletadas através de aplicação de questionários, em dezembro de 1973, para 11 cidades do Nordeste. Essa pesquisa foi financiada através de convênio Fundação Ford/Fundação Rockefeller/BNDE/UFC e coordenada pelo Curso de Mestrado em Economia (CAEN), da Universidade Federal do Ceará.

O levantamento por amostragem, realizado em Fortaleza, atingiu 1% dos domicílios considerados rústicos, existentes no município. De acordo com a terminologia da FIBGE, domicílio rústico é aquele localizado em prédio no qual predominam paredes e coberturas de taipa, sapé, madeira não-aparelhada, material de vasilhames usados e piso de terra batida. A amostra²⁵ foi composta por 9 (nove) áreas, chamadas urbano-marginais.

A coleta de dados constituiu-se por um Quadro de Características dos Moradores, contendo informações de todos os residentes de cada um dos 426

²⁵ As áreas selecionadas foram: Alto da Balança, Antônio Bezerra/Barra do Ceará; Bom Jardim/Parque Fluminense; Floresta/Monte Castelo; Jacarecanga/Poço da Draga; Jardim América/Vila União/Itaperi; Mucuripe; Panamericano/Demócrito Rocha/Bela Vista; Pici/Henrique Jorge.

domicílios visitados, e de um Questionário-base com informações mais detalhadas de um membro da família que deveria pertencer à força de trabalho. Os dados utilizados nesse estudo de caso são oriundos do Quadro de Características dos Moradores.

IV.3. CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DA ECONOMIA LOCAL

À semelhança da economia brasileira de algumas décadas atrás, a cearense pode ser considerada como uma economia primário-exportadora tradicional.

Tomando-se a evolução histórica²⁶ de Fortaleza, evidencia-se sua origem sem maiores significados. A atividade mais marcante, inicialmente, para o Estado, foi a da pecuária, praticada em grande escala, a qual favorecia o poderio dos fazendeiros e a formação de latifúndios. Com a grande seca de 1777, a pecuária sofre um forte abalo. Até então, o cultivo das terras se restringia àqueles que não possuíam recursos para desenvolver a atividade-centro. Entretanto, depois da grande seca, o cultivo das terras passa a ser visto como uma atividade alternativa. Inicialmente, a agricultura é praticada apenas a nível de subsistência, destinada ao consumo dentro do próprio Estado. No entanto, com a lavoura do algodão, inicia-se uma fase decisiva na atividade econômica, ao originar-se um processo de comercialização com o exterior. Neste ponto, caracteriza-se o forte traço da economia cearense comum até os dias de hoje, que seria a dependência da demanda pelos produtos de exportação, sujeita a grandes oscilações.

Em 1824, Fortaleza é elevada a categoria de cidade, e os fatores responsáveis, à época, por sua evolução econômica foram: a ascensão da lavoura algodoeira, estimulada pela procura internacional, e as modificações técnicas dos sistemas de transportes marítimos. Estes fatores geraram um forte movimento econômico para o porto da cidade de Fortaleza, o que se observa ainda hoje. Evidencia-se, no momento, o ponto-chave para o equacionamento do processo de industrialização. Logo, apresenta-se uma condição nova em relação ao modelo discutido nas seções II e III, onde a urbanização acompanharia o processo de industrialização.

Com a nova seca de 1877, há uma forte saída de cearenses para a Amazônia, motivados pelo início do ciclo da borracha, gerando uma queda no desempenho agrícola do Estado.

²⁶ Dados baseados na análise de Geraldo Nobre, in *Diretrizes para a Consolidação da Região Metropolitana de Fortaleza*, Fortaleza, AUMEF, 1976.

A partir de 1920, conforme informações censitárias, Fortaleza detinha uma população bem superior às outras cidades do Estado. Esse fato parece ser associado a um pequeno progresso no setor industrial, com a instalação de alguns estabelecimentos fabris. Quanto ao processo migratório, responsabiliza-se a “crise da borracha” como fator decisivo na escolha do migrante. À medida que fatores como a “propaganda” dos centros urbanos, divulgada pelas estradas de ferro, contagia e atrai o sertanejo desiludido com a agricultura, a estrutura na capital deveria ter uma forte capacidade de geração de emprego na indústria e comércio. Mas, isto não ocorre.

Colocando o Ceará no contexto Nordestino, constata-se um grande período de estagnação econômica atribuída à forte dependência da Região a fatores climáticos. Daí surge o “rosário” de soluções apelidadas de hidráulicas, cuja medida consistia na construção de açudes, fato que não criava condições para a região sobreviver a novos problemas. A partir da década de 50, criam-se organismos tais como: SUDENE, BNB, CHESF, com pretensões de alterar a estrutura vigente na Região.

Ainda assim, tais organismos não puderam imprimir uma modificação a nível desse Estado e de sua capital, uma vez que seu crescimento ainda se determina, em primeiro lugar, pela exportação de alguns produtos primários e, em seguida, pelo volume dos investimentos públicos financiados e a intensificação dos investimentos industriais via incentivos fiscais.

Voltando à premissa inicial de uma semelhança do perfil das economias do Brasil e Ceará, percebe-se que a crise da Grande Depressão deu lugar a um esforço de reorientação da atividade econômica consubstanciada, em grande parte, na substituição de importações, movimento esse concentrado no Centro-Sul, fundamentalmente em São Paulo,²⁷ evidenciando o claro desinteresse por investimentos no Nordeste. A partir dos incentivos fiscais criados pela SUDENE, houve uma tentativa de acelerar o processo de industrialização no Ceará, bem como uma alteração no perfil agropecuário. O setor agrícola preserva características tradicionais, mas, dadas as mudanças em algumas áreas (tais como: modernização, relações de trabalho, transformação de valores,

²⁷ A concentração industrial em São Paulo já é evidente na década de 20. A esse respeito ver Wilson Cano, *Alguns Aspectos da Concentração Industrial*, em *Formação Econômica do Brasil*, São Paulo, série ANPEC, Ed. Saraiva, 1977.

acesso aos meios de comunicação), acelera-se o grau de "expulsão" da mão-de-obra,²⁸ a qual, na sua maioria, se dirige a Fortaleza.

Dentre os migrantes que se radicaram no município de Fortaleza durante o período 1960/70, cerca de 96% procederam da própria região Nordeste, correspondendo a 84% do total a parcela dos que foram oriundos de outros municípios do próprio Estado do Ceará.²⁹

Assim, a cidade de Fortaleza, considerada uma das maiores da Região, apresentava em 1970 uma população aproximada de 900 mil habitantes, predominantemente urbana (96,5%), segundo dados do Censo. É notória, portanto, a complexidade de problemas inerentes a uma cidade num processo de crescimento acelerado e sem a capacidade de atender satisfatoriamente às necessidades mais urgentes de sua população.

O aumento populacional da cidade, evidenciado pela crescente participação dessa população em relação ao restante do Estado,³⁰ impôs um processo de urbanização desequilibrado e sem prévio planejamento. O crescimento de Fortaleza deve-se ao próprio crescimento demográfico e fortes pressões migratórias. Ressaltando a intensidade do fluxo migratório para a cidade de Fortaleza, observa-se que, dos residentes registrados no último Censo, 36% eram constituídos por migrantes. Para a população em estudo, essa participação chega a 42%.

Uma interessante observação sobre as condições de vida das pessoas no Nordeste e, principalmente, na área em estudo, é feita por Wood e Carvalho.³¹ A expectativa de vida no Nordeste central (CE, RN, PB, AL e Fernan-

²⁸ O fenômeno das migrações rurais-urbanas no Ceará está mais ligado às próprias formas de evolução da atividade econômica e da estrutura de seu meio rural, do que aos fatores conjunturais, como secas e enchentes. Veja Mário Francisco Toniatti, *Migração Rural-Urbana no Estado do Ceará: Suas Causas*, Tese de Mestrado, CAEN, Fortaleza, 1976 (mimeo.).

²⁹ Cf. Hélio A. de Moura e José Olímpio M. Coelho *apud* Hélio A. Moura et alii, *Regiões Metropolitanas do Nordeste: Diferenciais de Renda e Educação entre Naturais e Migrantes* — 1970, Recife, SUDENE-DRH, 1975, p. 35.

³⁰ Verifica-se que, a partir da década de 40, esta participação é cada vez mais acentuada, chegando em 1970 a representar, praticamente, 20% de toda a população do Estado. "Análise da Situação Sócio-Econômica da População de Baixa Renda em Fortaleza", Fortaleza, CETREDE, 1977.

³¹ José Alberto Magno de Carvalho e Charles Howard Wood, *Renda e Concentração da Mortalidade no Brasil: Estudos Econômicos*, FIPE/USP, vol. 7, no. 1, 1977.

do de Noronha), da ordem de 44,2 anos, na década de 1960/70, mostra-se apenas um pouco acima das recentes estimativas relativas à África e representa um nível de mortalidade comparável ao existente nos países europeus por volta de 1870, contrastando com a taxa de, aproximadamente, 62 anos encontrada na região Sul. Os grupos menos privilegiados têm, de maneira consistente, maiores probabilidades de morrer mais cedo, se comparados aos grupos mais favorecidos. Comparando-se os grupos de renda mais baixa com os de renda mais alta de cada área, constata-se que a diferença é maior no Nordeste central (11,6 anos). No que se refere a famílias de baixa renda, os níveis de mortalidade urbana se mostram consistentemente acima dos níveis rurais, em contraste com as famílias pertencentes à categoria de renda mais alta, em relação às quais o padrão é o oposto.

Considerando, adicionalmente, que os migrantes geralmente apresentam baixos níveis de escolaridade, impulsiona-se fortemente uma oferta de baixa qualificação. Dado que o emprego urbano não cresce no ritmo necessário, devido ao próprio tipo de desenvolvimento dependente e pouco dinâmico, o processo de absorção de mão-de-obra põe à margem um grande contingente populacional.

Observe-se que o processo de urbanização da cidade de Fortaleza, precedente ao processo de industrialização, pode ser atribuído ao fato de essa cidade ter-se constituído desde logo como entreposto comercial, não só nas relações com o Centro-Sul, bem como, com o exterior. Tal fato desencadeou a necessidade de uma rede de serviços e atividades comerciais, as quais não conseguiram absorver a mão-de-obra disponível.

Diante disso, torna-se uma imposição, ditada pela necessidade de sobrevivência, a criação de um mercado de trabalho desprotegido, representado pelas empresas sem registro e “indústrias de fundo de quintal” e, portanto, pelo trabalhador ocupado, sem vínculos formais, obtendo remuneração abaixo de qualquer padrão. É claro que tais populações são partes integrantes do processo de crescimento das cidades brasileiras, sendo as diferenças existentes apenas uma questão de grau.

IV.4. INDICADORES GERAIS DA POPULAÇÃO EM ESTUDO

Apenas para situar a população em foco e para melhor percepção dos aspectos específicos que serão mostrados nos próximos itens, apresentam-se alguns indicadores de caráter mais amplo.

A amostra total é composta por 2.245 pessoas residentes, das quais 47,6% são do sexo masculino e 52,4% do sexo feminino (veja Tab. I). A participação dos maiores de 14 anos é de 58% da população total. A metodologia da pesquisa em questão considera, a partir dessa faixa, a população em idade de trabalhar. Para o caso específico de Fortaleza, percebe-se que tal comportamento corresponde a uma subestimação, dado que é grande o número de ocupados em atividades como: guardador de carros, ambulante, carregador, etc., com idade inferior a esse limite. A grande participação de jovens nessas atividades informais reflete a necessidade de complementação da renda familiar, que se coloca como uma função do próprio Mercado Informal.

A participação dos migrantes³² representa 42% da amostra. O tamanho médio das famílias pesquisadas chega a 5,58 pessoas (Tabelas II e III).

Da população em idade de trabalhar, 57,8% está ocupada, isto é, desenvolvendo alguma atividade com remuneração monetária, 7,9% está desempregada³³ e 34,3%, desocupada.³⁴

Como o interesse do estudo de caso é apontar em que condições se realizam as ocupações, a discussão tratará apenas dos ocupados. Os 752 indivíduos ocupados (63% homens e 37% mulheres) da amostra são distribuídos assim: 48,5% trabalham em empresa particular, portanto, são empregados. Nas atividades por conta própria, colocam-se 40% dos ocupados. Os empregados em empresa pública são apenas 11,4%. A renda³⁵ média mensal familiar era de Cr\$ 479,59, por conseguinte, determinando uma renda mensal "per capita" de Cr\$ 85,95, a preços de 1973 (para maiores detalhes, consultar Tabelas IV e V).

³² A metodologia da pesquisa considerou como migrante aquele indivíduo que passou a maior parte do tempo, até os 12 anos de idade, fora do local em que residia naquele momento. Logo, há uma tendência clara em reduzir a participação dos migrantes.

³³ Desempregado foi considerado o indivíduo que, na época da pesquisa, não desempenhava nenhuma atividade remunerada, mas desenvolvia algum esforço no sentido de obtê-la, isto é, pressionava o mercado de trabalho. E ainda os que procuravam emprego pela primeira vez.

³⁴ Desocupado foi considerado o indivíduo que, na época da pesquisa, não exercia qualquer atividade remunerada e nem desenvolvia qualquer esforço para exercer.

³⁵ O salário mínimo da época era de Cr\$ 213,60, para a região Nordeste.

IV.5. EMPREGO E RENDA

A estrutura ocupacional dessa população reflete claramente a sua forma de inserção no mercado de trabalho. Tomando a informação de alocação por setor de atividade, vê-se que 51,4% se encontra no Setor Terciário. A predominância desse setor mantém-se entre homens e mulheres. Para o primeiro grupo, o setor que vem em seguida é o Secundário, o qual congrega 29,2% distribuído entre atividades na Indústria (10,1% do total) e na Construção Civil (19,1%). O setor de atividade "Artesanato", ocupa 13,4% do total deste grupo. Para o grupo feminino, esse setor congrega 36,9% dos ocupados. A participação feminina nas duas atividades representativas do Setor Secundário é a seguinte: 7,1% na Indústria e 1,1% na Construção Civil.

Uma análise mais desagregada vai permitir perceber-se a composição do aqui chamado Setor Terciário. Por exemplo, 25,8% dedica-se a serviços pessoais, tais como: arrumadeira, lavadeira, cozinheira, babá, etc. Essa participação mantém-se a mesma, praticamente, em todas as faixas de idade, a partir dos 14 anos, exceção feita para a faixa 40 a 59 anos, cuja participação é de 37,2%. Uma ocupação relevante nesse setor é o comércio, representado por 11,2%, congregando atividades como balconistas, vendedores ambulantes, cobradores, caixas. Destaca-se a participação do item educação e saúde, representado por enfermeiras e parteiras, e que ocupa 9,0% das mulheres. Tal ocupação é essencialmente feminina. Juntando-se ao Setor Terciário as atividades artesanais (36,9%), tem-se, aproximadamente, 90% das mulheres.

O grupo masculino também concentra-se (51,9%) no Setor Terciário, apresentando, no entanto, algumas diferenças significativas na distribuição dentro do Setor. Por exemplo, as atividades comerciais absorvem 16,4% dos homens, as de transportes (exclusivamente masculinas) 10,6% e serviços auxiliares à produção (serventes, contínuos, despachantes, vigias, garis), 9,9%. A participação masculina em artesanato é de 13,4%. Agregando os dois setores aqui discutidos, tem-se 65,3% de homens. As atividades primárias, para a população como um todo, não são significativas (2,4%) (para melhor compreensão ver Tabela VII, anexa).

Comparando essa estrutura ocupacional com a encontrada por Scarfon³⁶ para o município de Piracicaba, tendo como amostra uma população

³⁶ Maria de Lourdes Scarfon, *Populações Marginais no município de Piracicaba*. São Paulo, USP, 1976 (Tese de Mestrado).

com características semelhantes às da aqui analisada, percebem-se alguns aspectos dignos de nota:

1. a grande maioria (40%) dos ocupados, acima de 12 anos, encontra-se nas atividades de Prestação de Serviços. Considerando-se o Grupo das mulheres, esta maioria atinge 72%;
2. os trabalhadores na Indústria de Transformação e Serviços de Utilidade Pública representam 21% do total, sendo que para os homens essa participação é de 27,5%;
3. os trabalhadores rurais constituem 12% do total;
4. a Construção Civil absorve 11%;
5. é perceptível a diferença na forma de inserção no mercado de trabalho, nas duas áreas, significando a alta dose de “racionalidade” que esses indivíduos demonstram em adaptar-se às condições existentes, bem como, de aproveitar as “brechas” que o funcionamento do sistema põe a mostra. Como exemplo disso, têm-se o artesanato e o pequeno comércio no Ceará e as atividades agrícolas de corte de cana, colheita de feijão e café, na região de Piracicaba;
6. percebe-se também a válvula de escape representada pela Construção Civil, nas duas áreas, e a forma como se apresentam as ocupações pedreiro, serventes e pintores;
7. é interessante notar que parte significativa da população pesquisada em Piracicaba trabalha na agroindústria e, apesar disso, não tem melhorado suas condições de vida. Esse fato deve-se à intermitência na absorção dos trabalhadores.

Em seguida, serão analisados os níveis de renda dos residentes ocupados, no estudo em questão. Do total de ocupados, 2,7% percebem até 20% do salário mínimo, vigente na época da pesquisa; 27,0% até 58% do mínimo e 65,3% até 117% desse mesmo salário. Na classe de até 2 vezes o salário, encontram-se 21,4%. Na classe de até 3 vezes, 7,7%; até 4 vezes, 2,1%; até 5 vezes, 1,6% e acima de 5 vezes, 7 pessoas, representando 0,9% da amostra total dos ocupados (veja Tabela VI).

Desagregando por sexo, percebe-se a quase que absoluta supremacia da renda masculina por grupo ocupacional. As execuções constituem as ocupa-

ções de educação e saúde e o comércio, por algumas faixas de idade. Observando-se o grupo masculino, as ocupações que de maneira mais consistente garantem maiores rendas são: Serviços Administrativos, Serviços Públicos, Transporte, Construção Civil, os quais absorvem uma parcela muito pequena dos ocupados. Entre as mulheres, os maiores rendimentos se dão nas ocupações educação e saúde, comércio e indústria, os quais também são pouco significativos em termos de absorção. Para maiores detalhes ver Tabela VIII, anexa.

IV.6. EDUCAÇÃO E RENDA

O propósito desse item não é apenas apontar os baixos índices de educação formal que a população em estudo apresenta, mas, também, identificar alguns pontos relevantes na utilização desse "investimento", em termos da obtenção de um retorno, no caso, a renda.

De modo geral, é muito baixa a qualificação, entendida como nível de instrução. Da população total, 27,8% é analfabeta. Adicionando-se a estes os que lêem e escrevem sem escolaridade, chega-se a 35,4%. Somando-se, ainda, os que cursaram até a 5a. série primária, configura-se um total de 86,7% da população em foco. Apenas 9,3% cursou o ginásial e 2,8% o colegial.

Observando-se, no entanto, a renda média mensal dos ocupados, por nível de instrução, sexo e condição de origem, é possível perceber a ineficiência da educação formal como veículo canalizador de rendimentos. No grupo masculino, detêm maior renda média os que têm nível colegial, seguidos muito de perto pelos que lêem e escrevem sem escolaridade. Quanto às mulheres, detêm maior renda aquelas com nível ginásial e colegial, ambos de valor inferior ao grupo masculino analfabeto. É possível, portanto, apontar o seguinte:

1. as mulheres não conseguem ganhar mais do que os homens, mesmo em condições de maior estudo;
2. mesmo entre os homens, não é possível obter maior renda a partir de mais educação formal;
3. o Grupo Migrante, na maioria dos casos, detém renda maior.

Esse comportamento encontrado pode ser um pouco prejudicado pelo fato de que a influência da educação formal sobre a renda exija um certo período de maturação, e não houve essa aferição. No entanto, é pouco provável

que a introdução desse comportamento chegasse a alterar o resultado geral encontrado. É indiscutível a influência da educação formal como canalizadora de rendas, mas não para essa camada da população. Deve-se ressaltar, também, a influência que a educação pode trazer em termos de satisfação pessoal a cada indivíduo, mas isso não significa renda. Essas observações comprovam o que já seria esperado: as ocupações desenvolvidas não exigem estudo formal, dadas as características de informalidade e improvisação sob as quais se realizam. Existiria, no entanto, alguma variável capaz de explicar maiores ganhos?

A análise desenvolvida a seguir procura evidenciar o tempo de experiência na ocupação, entendido como educação informal, em função dos ganhos obtidos. Dentre os ocupados, observa-se que 44% apresentam, apenas, de zero a dois anos de experiência na ocupação. Tal fato pode expressar, por um lado, uma forte participação de jovens no mercado de trabalho, bem como um certo índice de rotatividade nas ocupações, imposto pelas próprias condições de mercado. Juntando-se a esse dado a renda obtida por esse grupo, observa-se ser a mais baixa em relação aos outros grupos de maior tempo na mesma ocupação. Não seria forçar demais admitir, a partir desse fato, a rotatividade como uma das fontes responsáveis pelos baixos níveis de renda. Adicionalmente, observando-se os outros grupos de ocupados, percebe-se que maior tempo de experiência na ocupação transforma-se em ganho adicional de renda. Para os homens migrantes ou não, esse comportamento é mais consistente do que para as mulheres. Para o Grupo Masculino, como um todo, esse comportamento é estritamente verdadeiro até 10 anos de educação informal. Essa constatação parece coincidir com o pensamento expresso por Machado da Silva,³⁷ quando coloca como fator preponderante "o toque pessoal" que alguns representantes do Setor Informal conseguiram imprimir aos seus trabalhos e, por conseguinte, transformar esse componente em renda adicional. Acredita-se também que esse fato possa fundamentar a idéia de uma adequação do ensino formal às condições do mercado com que se defrontam tais indivíduos.

Merrick,³⁸ analisando os 50% mais pobres da Região Metropolitana de Belo Horizonte, em 1972, afirma que anos adicionais de educação não levam à saída da pobreza, e, se existe relação entre educação e produtividade, o aumento desta não se traduz, necessariamente, em ganhos salariais.

³⁷ Machado da Silva, *op. cit.*

³⁸ Thomas Merrick & Fausto Alves Brito, "Migração, Absorção de Mão-de-obra e Distribuição de Renda". In: *Revista Estudos Econômicos*, São Paulo, FIEP/USP, 4(1): 75-122, 1974.

Scarfon³⁹ também encontra evidência nesse sentido.

As Tabelas IX, X, XI e XII complementam as informações aqui citadas.

IV.7. UMA REFLEXÃO SOBRE A POSIÇÃO DO NORDESTE, A PARTIR DA METODOLOGIA DE RAUL EKERMAN⁴⁰

A abordagem realizada por Raul Ekerman e a metodologia empregada revelam aspectos bem interessantes nas diferenças de estrutura de produção do Nordeste em relação a São Paulo, ou ao Centro-Sul. A partir do momento em que esse autor procura conciliar os Setores de atividades com os níveis de renda correspondentes, chega praticamente à evidência de que, no Nordeste, a maioria das ocupações é desenvolvida de tal forma que, em função da renda obtida, seriam representativas do Mercado Informal. Desse modo, atividades em Indústria de Transformação, Construção Civil, Transporte e Comunicações estariam gerando os mesmos níveis de renda que atividades de babá, arrumadeira, sapateiros e artesãos. Esse resultado apresentado exigiria um estudo mais aprofundado das condições diferenciais das ocupações nas duas áreas, que fornecesse um referencial mais consistente de informações. No entanto, não se pode deixar de colocar algumas questões, a nível de simples exercício intuitivo do que estaria por trás disso tudo.

Um dos primeiros pontos, reconhecidos pelo autor, seria a própria agregação utilizada, não incorporando ao Setor Informal as atividades da pequena empresa ou empresa familiar, as quais, no Nordeste, são típicas. Parece refletir também um entrelaçamento maior nas atividades do Setor Formal *versus* Setor Informal. A informação de que 42,15% da População Economicamente Ativa (PEA), em São Paulo, e 46,77%, no Nordeste, encontram-se no setor de criação significa, como afirmou o autor, que a maioria da PEA se ocupa na produção de bens materiais. Entretanto, a divergência de participação do setor, na classe de baixo rendimento (menos de Cr\$ 150,00, a preços de 1970), onde em São Paulo é de 14,04% e no Nordeste de 61,57%, evidencia a divergência em termos da realização de produção do setor. É flagrante a diferença do parque industrial nas duas regiões, ensejando que, mesmo no setor industrial, os salários sejam baixos, devido à menor necessidade de trabalhadores especializados. Um exemplo simples é capaz de trazer algum esclarecimen-

³⁹ Maria de Lourdes Scarfon, *op. cit.*

⁴⁰ Raul Ekerman, *op. cit.*

to sobre esse ponto: em 1970,⁴¹ o Nordeste contava com 29.944 estabelecimentos no setor de Indústria de Transformação, enquanto São Paulo contava com 49.779. O número de pessoas ocupadas para o Nordeste era de 262.975 e para São Paulo 1.289.007, enquanto o valor da transformação industrial era de Cr\$ 3.053.000,00 e Cr\$ 30.960.830.000,00, respectivamente. Assim, com 60% do número de estabelecimentos de SP, o Nordeste gerava 20% dos empregos e 9,8% do valor da Transformação Industrial. Um outro ponto diz respeito à Construção Civil. Neste Setor, existe no Nordeste uma infinidade de níveis de remuneração para uma mesma ocupação, dependendo do tipo de construção, experiência do indivíduo, grau de confiança, etc. Esse comportamento parece não ser verdadeiro para São Paulo.

Raul Ekerman enfatiza ainda que a configuração do Quadro Nordestino em oposição a SP, sugere ali uma estrutura não-tipicamente capitalista. É possível questionar esse ponto, em função da questão da marginalidade, discutida na seção II. Já se afirmou que essa questão estaria ligada a um processo de urbanização associado à implantação de um sistema industrial de base capitalista. Sabe-se, como foi afirmado para o Ceará, e pode ser estendido para o Nordeste como um todo, que a urbanização para essa Região se deu antes de um processo de industrialização.

Estaria esse fato comprometendo a análise desenvolvida? Acredita-se que não, e o trabalho citado esclarece esse ponto. Parece viável admitir que, a partir de um dado momento, o desenvolvimento do Nordeste fica cada vez mais distante do ritmo de desenvolvimento de São Paulo, baseado na aceleração e concentração do crescimento industrial. Há uma desarticulação da economia nordestina, que continua a produzir bens agrícolas com vistas ao Centro-Sul e ao exterior, e a sofrer pressões dos novos bens industriais produzidos em outra região. O Centro-Sul passa a exercer maior atração, impondo constantes deslocamentos de nordestinos.

Com a implantação do 34/18, o Nordeste é visto sob novo ângulo, dado o processo de industrialização nascente. Entretanto, até hoje não se conhecem os verdadeiros resultados da industrialização nordestina, em termos da absorção de mão-de-obra. Essa nova política continua a atrair migrantes, que se localizam também nas capitais nordestinas.

Ao que parece, a urbanização nordestina foi incentivada pelo movimento industrial no Centro-Sul e, em seguida, no próprio Nordeste. É evidente

⁴¹ A partir de dados do Censo Industrial, Brasil, 70, IBGE.

que a Região, apesar de não ter participado diretamente desse primeiro esforço industrializante, sofreu conseqüências no seu movimento comercial e de serviços. É notória a interligação dos fenômenos econômicos e de suas repercussões. Assim, foi suficiente que o novo sistema se instalasse numa dada região, para que seus efeitos se dessem sobre a economia como um todo. Entretanto, acha-se muito pouco razoável admitir que as atividades não se realizam com o objetivo de acumulação de capital. O relevante seria observar que há uma diferença no grau em que se realizam, entre as duas regiões.

Deve-se dizer que a inclusão desse item, no estudo de caso, prende-se ao caráter mais amplo das observações aqui sugeridas, principalmente, considerando-se a afirmação de Ekerman,⁴² de que o comportamento das regiões Norte e Centro-Oeste se aproxima do do Nordeste e o das regiões Sudeste e Sul do de São Paulo. Assim, ter-se-ia em linhas gerais o quadro brasileiro.

V. ALGUNS MECANISMOS MANTENEDORES

Dada a complexidade que foi percebida no decorrer do estudo sobre o assunto, fica muito difícil identificar aspectos específicos no funcionamento do sistema econômico; que sejam apontados como mantenedores dessa situação. Essa tentativa, portanto, não ficará restrita aos aspectos econômicos, bem como, não se restringirá a idéias decorrentes desse estudo. Serão citados também mecanismos apontados por outros autores, desde que considerados consistentes.

V.1. EDUCAÇÃO INFORMAL

Foi constatada, a partir do estudo de caso, a grande incidência de indivíduos no mercado informal com pouco tempo de experiência na ocupação. Dada a inexistência, praticamente absoluta, da vigência de FGTS, por não serem sujeitos a CLT, é possível admitirem-se alguns fatores responsáveis por tal rotatividade. O ponto que parece mais crucial seria o fato de o indivíduo não dominar alguma "arte", isto é, a grande maioria dos ocupados nesse mercado não apresentaria qualificações para o desenvolvimento de uma atividade e passaria a "pular" de uma para outra, indefinidamente. É claro que não se quer desvalorizar a "racionalidade" desses indivíduos, no sentido de buscarem um melhor meio de obtenção de renda. No entanto, quer-se ressaltar, o que ficou também claro para esse mercado, a possibilidade de obtenção de maio-

⁴² Raul Ekerman, *op. cit.*

res níveis de renda via maior experiência na ocupação. Logo, a inexistência ou o mau desempenho de Programas de Profissionalização estariam comprometendo seriamente a condição de vida para os ocupados nesse mercado.

Um exemplo desse fato seria o Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos, que teria como finalidade básica facilitar a inserção de população de baixa renda no mercado de trabalho. Uma pesquisa realizada pelo CETREDE⁴³ destaca que:

- a. tais centros favorecem a pessoas de quaisquer níveis de renda, talvez devido às suas localizações e relaxamento de exigências necessárias à associação;
- b. a maioria das atividades é voltada para cultura, lazer e nutrição;
- c. os cursos profissionalizantes não são realizados em função das necessidades do mercado local, e, sim, atendendo a políticas superiores. O critério de seleção para tais cursos leva em conta idade e nível de instrução. Em 1976, dos 215.111 atendidos pelos CSUs, 0,1% participaram de cursos profissionalizantes. E dos treinados, apenas 3,1% conseguiram emprego através do Curso. Logo, fica claro que a profissionalização não está sendo desenvolvida como atividade básica.

V.2. INEXISTÊNCIA DE POLÍTICAS DE RETENÇÃO DO HOMEM À TERRA

Esse fato seria, em parte, a causa da expulsão de constantes fluxos migratórios, os quais, agregados à oferta de mão-de-obra de baixa qualificação, “complicam” a sobrevivência nas zonas urbanas, dada a pressão sobre o mercado de trabalho urbano.

V.3. O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO EM ANDAMENTO, UTILIZANDO TÉCNICAS DE PRODUÇÃO POUPADORAS DE MÃO-DE-OBRA

Esse ponto estaria na origem da questão da marginalidade e pode ser considerado como mantenedor desse quadro. Ganha relevância essa discussão a partir do momento em que é intensificada a participação de grandes investi-

⁴³ CETREDE, Análise da situação sócio-econômica da população de baixa renda em Fortaleza, *op. cit.*

mentos estrangeiros, com tecnologia totalmente importada e desvinculada da dotação interna de fatores. O ataque mais comum a esse argumento seria o comprometimento do crescimento da Economia, em consequência de uma nova política alternativa.

V.4. A “DESARRUMAÇÃO” DO SETOR AGRÍCOLA

Esse aspecto seria representado pelas mudanças nas relações de trabalho havidas em algumas áreas, pela falta de acesso ao crédito do pequeno proprietário, e pela utilização improdutiva de vastas áreas de terras, tudo isto, gerando uma baixa produtividade do setor, permitindo a proliferação de fatores de “expulsão” dessas áreas.

V.5. A ASSISTÊNCIA SOCIAL

Esse mecanismo foi implicitamente sugerido por Scarfon,⁴⁴ quando ela utiliza uma amostra de famílias, em Piracicaba, todas sob a assistência de várias entidades do gênero. Tais entidades funcionam como “saída” para essas famílias, na época da retração da oferta de emprego. Fato comprovador é o caráter de rodízio sob o qual a assistência é prestada. No momento em que o chefe ou um membro da família perde o emprego, a ajuda é obtida; é retirada quando esse membro volta a ocupar-se. Aqui fica clara a importância dessas entidades na sobrevivência dessas famílias, mas evidencia o caráter de convivência com as condições reinantes.

V.6. O PRÓPRIO PROCESSO DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

Alguns autores, na visão de marginalidade como resíduo do desenvolvimento, acreditavam na possibilidade de que, num momento futuro qualquer, a acumulação de capital seria capaz de eliminar o Setor Informal. Essa visão não é mais possível. Mesmo que em um dado momento, como efeito desse processo, parcela do Setor Informal seja absorvida pelo Formal, novos contingentes populacionais serão depositados naquele setor, num momento seguinte. Logicamente, para que isto não ocorra seria preciso alterar as condições nas quais se realiza a produção no Setor Informal.

VI. CONCLUSÕES E SUGESTÕES

Tarefa mais árdua do que a anterior é exigida no momento. É indispensável o destaque a três questões percebidas como básicas no decorrer do traba-

⁴⁴ Maria de Lourdes Scarfon, *op. cit.*

lho. A primeira prende-se à extrema relevância desse mercado, principalmente, num instante em que se discutem os novos rumos que serão dados à economia nacional, em face de seu desempenho recente. É perceptível, adicionalmente, as diferenças no tamanho e características do Mercado Informal, em diferentes regiões do país. Em segundo lugar, não se podem esquecer as dificuldades da implementação de quaisquer medidas ajustadoras, dado o nível de decisões políticas que seria exigido. A terceira questão refere-se à complexidade do problema e às dificuldades de emissão de quaisquer sugestões, devido ao risco de cair-se no círculo vicioso de atitudes paliativas ou num raciocínio completamente ideal, que seguramente nada acrescentaria ao que já existe. Portanto, as posições aqui tomadas têm um caráter de extrema humildade.

Esta seção apresenta uma forte ligação com a precedente, podendo ser vista como o reverso da medalha. É necessário dizer que a preocupação não consiste em aumentar o número de ocupados com registro do INPS. O que se pretende é uma alteração na forma em que se inserem no mercado de trabalho e, conseqüentemente, nas condições em que se realiza a produção. Logicamente, essa mudança geraria a incorporação devida.

Uma primeira sugestão seria a utilização de toda essa estrutura disponível, representada pelos Grupos de Assistência Social e Centros Sociais Urbanos com o fim de treinamento dos engajados no Mercado Informal de trabalho. Esse treinamento ou cursos profissionalizantes seriam ministrados levando em conta as diferentes necessidades de cada área urbana e as aptidões individuais. Dessa forma, eliminar-se-ia o fato de determinado interessado ser colocado à margem das informações, por não possuir o curso primário. Ressalte-se que esse comportamento não seria desenvolvido apenas por aqueles que ainda não trabalham, mas, fundamentalmente, pelos já ocupados, visando a uma melhora na produtividade e, conseqüentemente, na renda. Esse treinamento não poderia ficar apenas no campo de atividades desenvolvidas isoladas, mas também para aqueles que dirigem pequenos negócios. Tais indivíduos poderiam ser alertados para as vantagens do trabalho em grupo, ou seja, reunião de 2 ou 3 pequenos produtores. Essa medida deveria proporcionar ganhos para grupos que desenvolvem uma mesma atividade, dada a transmissão de informações sobre experiências, técnicas e renda obtidas. Em suma, esta seria uma tentativa de organização do Mercado. Não seria uma mudança abrupta, pelo menos, para os CSUs, desde que seus objetivos têm muito em comum com o que foi sugerido. Note-se que, com a implantação de tais medidas, espera-se que os bens produzidos nesse mercado sejam melhor posicionados, na cesta de mercadorias desejada em áreas urbanas. Alguns senões podem

ser colocados. Exemplo: à medida que um carpinteiro é treinado, ele consegue produzir móveis de melhor qualidade, a um preço um pouco mais alto, mas inferior ao preço do mesmo bem no Mercado Formal. É imediata a alteração que tal carpinteiro desfruta, por exemplo, em termos de renda. Mas, até quando? Assim, a proposição seria viável apenas no curto prazo. Tal ocorrência vai depender de medidas de política econômica, que garantem a manutenção dos benefícios já obtidos. Por exemplo, um esquema efetivo de proteção à pequena e média empresa.

Um segundo ponto ganha destaque na modificação das condições do Mercado Informal: um redirecionamento da Política no sentido de beneficiar o Setor Agrícola, propiciando melhores padrões de produtividade para o setor, bem como melhores salários agrícolas. Um programa de implantação de agroindústria em pequenos centros urbanos poderia também gerar efeitos no sentido de oferecer novas opções ao homem do campo e, portanto, reduzir o fluxo migratório. Esse aspecto alteraria, com algum grau de certeza, o quadro nordestino. É evidente que esse desempenho só seria possível a partir de uma mudança na alocação de fatores na Economia como um todo. Um ponto básico seria a mudança da política de crédito, que deveria favorecer os empreendimentos agrícolas. Só assim ter-se-ia uma alteração nos preços relativos de bens agrícolas *versus* bens industriais (ressalte-se o benefício advindo desse comportamento para o trabalhador urbano). São evidentes as possibilidades de ataque a tais argumentos, principalmente quanto ao nível de crescimento que seria imposto à Economia. Não há como contra-argumentar. Seria o caso de uma análise do custo social derivado da manutenção das condições atuais e das tensões sociais que se avolumam.

Finalmente, deve-se ressaltar o papel do Governo como regulador das atividades do Mercado Informal via promoção do estreitamento das ligações Formal *versus* Informal, através de subcontratação de serviços, compra de determinado tipo de bem, etc.

É fundamental afirmar que quaisquer mudanças nas relações Formal *versus* Informal, e nas condições sob as quais subsiste o Informal, dependerão de políticas de caráter mais amplo, capazes de atrelar ao próprio crescimento econômico um melhor ajuste a nível social.

VII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

01. AUMEF. CEARÁ. **Diretrizes para consolidação da região metropolitana de Fortaleza**. Vols. I e III (versão preliminar).
02. BERLINCK, Manoel. **Marginalidade social e relações de classes em São Paulo**. Rio de Janeiro, Vozes, 1975.
03. BRASIL. Ministério do Interior. **Mudanças na composição do emprego e na distribuição da renda; efeitos sobre as migrações internas – Brasil, regiões metropolitanas**. Brasília, MINTER/OIT/BNH, 1976.
04. BRITO, Fausto Alves & MERRICK, Thomas. Migração, absorção de mão-de-obra e distribuição de renda. In: **Revista Estudos Econômicos**. São Paulo, IPE/USP. 4(1). 1977.
05. CARVALHO, José Alberto Magno & WOOD, Charles Howard. Renda e concentração da mortalidade no Brasil. In: **Revista Estudos Econômicos**. São Paulo, IPE/USP. 7(1). 1977.
06. CETREDE. **Análise da situação sócio-econômica da população de baixa renda em Fortaleza**. Fortaleza, CETREDE, 1977 (documento não-publicado).
07. EKERMAN, Raul. **Absorção de mão-de-obra no mercado formal e informal, tecnologia e distribuição de renda**. FIPE, 1976 (Relatório de Pesquisa, mimeo.).
08. KOWARICK, Lúcio. **Capitalismo, dependência e marginalidade urbana na América Latina; uma contribuição teórica**. Rio de Janeiro, CEBRAP (Seleções CEBRAP, no. 8).
09. ————. **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
10. LIMA, Ricardo. **O Setor informal como alternativa para a problemática do emprego**. Bahia, 1976. (3o. Painel em Seminário de Desenvolvimento Social).

11. MACEDO, Roberto. Uma Revisão crítica da relação entre a política salarial pós 64 e o aumento da concentração da renda na década de 60. In: *Revista de Estudos Econômicos*. 6(1) 1976.
12. OLIVEIRA, Francisco de. *A Economia brasileira; crítica à razão dualista*. São Paulo, CEBRAP (Estudos CEBRAP, 2).
13. PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado. *Desenvolvimento e marginalidade; um estudo de caso*. São Paulo, USP, 1972. (Tese de Mestrado, mimeo.).
14. PELIANO, José Carlos. *Setor Informal ou pobreza urbana?* Rio de Janeiro, 1976 (mimeo.), IPEA.
15. PLANDECE. *I Plano de desenvolvimento para o Estado do Ceará*. Fortaleza, 1975.
16. SCARFON, Maria de Lourdes. *Populações marginais no município de Piracicaba*. São Paulo, USP, 1976 (Tese de Mestrado, mimeo.).
17. SILVA, José Hamilton Gondim. Subutilização de recursos humanos; aspectos teóricos. In: *Revista Estudos Econômicos*. São Paulo, IPE/USP. 4(1), 1974.
18. SILVA, Luís Antônio Machado da. *Mercados metropolitanos de trabalho manual e marginalidade*. Rio de Janeiro. UFRJ 1971 (Tese de Mestrado, mimeo.).
19. SPINDEL, Cheywa R. *Metropolização, urbanização e recursos humanos*. São Paulo, CEBRAP, 1976. (Cadernos CEBRAP, 25).
20. TOKMAN, Victor et alii. *Depoimentos dos Assistentes à mesa redonda sobre política de emprego para o setor informal urbano*. Brasília, 1976.
21. TOLOSA, Hamilton C. Dimensão e causas da pobreza urbana. In: *Revista Estudos Econômicos*. 7(1). 1977.
22. TONIATTI, Mário Francisco. *Migração rural-urbana no Estado do Ceará; suas causas*. Fortaleza, CAEN, 1976 (Tese de Mestrado).

TABELA I

FORTALEZA

Composição da População Residente, Segundo Sexo e Idade

1973

Idade	Masculino		Feminino		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%
0 – 4	182	17,0	144	12,2	326	14,5
5 – 9	168	15,7	189	16,1	357	15,9
10 – 13	117	10,9	143	12,1	260	11,6
14 – 19	121	11,3	160	13,6	281	12,5
20 – 24	99	9,2	112	9,5	211	9,4
25 – 29	84	7,9	84	7,1	168	7,5
30 – 34	66	6,2	76	6,5	142	6,3
35 – 39	53	5,0	58	4,9	111	4,9
40 – 44	49	4,6	53	4,5	102	4,6
45 – 49	36	3,4	56	4,8	92	4,1
50 – 54	31	2,9	36	3,1	67	3,0
55 – 59	19	1,8	25	2,1	44	2,0
60 – 64	20	1,9	20	1,7	40	1,8
65 e mais	17	1,6	15	1,3	32	1,4
NS – NR*	6	0,6	6	0,5	12	0,5
Total	1.068	100,0	1.177	100,0	2.245	100,0

FONTE: Levantamento de Campo – Curso de Mestrado em Economia –
CAEN

* Não sabe ou não respondeu.

TABELA II
FORTALEZA
População Residente Segundo Origem e Sexo
1973

ORIGEM	FEMININO			MASCULINO			TOTAL		
	Número	% ↓	% →	Número	% ↓	% →	Número	% ↓	% →
Não-migrante	676	57,4	52,3	617	57,8	47,7	1.293	57,5	100,0
Migrante	494	42,0	52,6	446	41,8	47,4	940	42,0	100,0
NS – NR*	7	0,6	58,3	5	0,4	41,7	12	0,5	100,0
TOTAL	1.177	100,0	—	1.068	100,0	—	2.245	100,0	—

FONTE: Levantamento de Campo – Curso de Mestrado em Economia – CAEN.

% ↓ Participação por sexo.

% → Participação por origem.

* Não sabe ou não respondeu.

TABELA III
FORTALEZA
Número de Pessoas por Família
1973

Número de Pessoas	Famílias		Tamanho Médio da Família
	Número	%	
1 - 3	87	21,6	5,58
4 - 6	187	46,5	
7 - 9	99	24,6	
10 - 12	23	5,7	
13 - 15	6	1,5	
TOTAL	402	100,0	

FONTE: Levantamento de Campo – Curso de Mestrado em Economia – CAEN.

TABELA IV

FORTALEZA

Composição da População em Idade de Trabalhar (PIT) por Sexo, Idade e Relação com o Mercado de Trabalho

1973

Idade (Anos)	Ocupados						Desempregados						Desocupados						P I T					
	Mas	%	Fem	%	Total	%	Masc	%	Fem	%	Total	%	Masc	%	Fem	%	Total	%	Masc	%	Fem	%	Total	%
14 - 19	70	14,8	48	17,3	118	15,7	19	40,4	22	39,2	41	40,0	32	40,0	90	24,5	122	27,3	121	20,1	160	22,8	281	21,6
20 - 24	80	16,9	48	17,3	128	17,0	11	23,4	15	26,8	26	25,2	8	10,0	49	13,4	57	12,7	99	16,5	112	16,0	211	16,2
25 - 29	76	16,0	32	11,5	108	14,4	5	10,6	8	14,2	13	12,6	3	3,8	44	12,0	47	10,5	84	14,0	84	12,0	168	12,9
30 - 34	58	12,2	34	12,1	92	12,2	6	12,8	2	3,6	8	7,8	2	2,5	40	10,9	42	9,4	66	11,0	76	10,8	142	10,9
35 - 39	49	10,3	28	10,1	77	10,2	3	6,4	2	3,6	5	4,9	1	1,2	28	7,6	29	6,5	53	8,8	58	8,3	111	8,5
40 - 44	44	9,3	30	10,8	74	9,8	1	2,1	2	3,6	3	2,9	4	5,0	21	5,7	25	5,6	49	8,2	53	7,6	102	7,8
45 - 49	31	6,5	27	9,7	58	7,7	1	2,1	1	1,8	2	1,9	4	5,0	28	7,6	32	7,1	36	6,0	56	8,0	92	7,1
50 - 54	28	5,9	13	4,7	41	5,5	0	-	2	3,6	2	1,9	3	3,8	21	5,7	24	5,4	31	5,1	36	5,1	67	5,1
55 - 59	17	3,6	9	3,2	26	3,5	0	-	2	3,6	2	1,9	2	2,5	14	3,8	16	3,6	19	3,2	25	3,6	44	3,4
60 - 64	11	2,3	5	1,8	16	2,1	0	-	0	-	0	-	9	11,2	15	4,1	24	5,4	20	3,3	20	2,9	40	3,1
65 a mais	7	1,5	2	0,7	9	1,2	1	2,1	0	-	1	0,9	9	11,2	13	3,5	22	4,9	17	2,8	15	2,1	32	2,5
NS - NR *	3	0,6	2	0,7	5	0,7	0	-	0	-	0	-	3	3,8	4	1,1	7	1,6	6	1,0	6	0,8	12	0,9
TOTAL	474	100,0	278	100,0	752	100,0	47	100,0	56	100,0	103	100,0	80	100,0	367	100,0	447	100,0	601	100,0	701	100,0	1.302	100,0

FONTE: Levantamento de Campo - Curso de Mestrado em Economia - CAEN.

* Não sabe ou não respondeu.

TABELA V

FORTALEZA

Renda Média Mensal

1973

Discriminação	Cr\$
Média Mensal familiar	479,59
Média Mensal “per-capita”*	85,95

FONTE: Levantamento de Campo — Curso de Mestrado em Economia —
CAEN.

(*) Calculado em face do tamanho médio das famílias.

TABELA VI
FORTALEZA
Residentes Ocupados por Renda Mensal e Sexo
1973

CLASSE DE RENDA MENSAL (Cr\$)	Masculino	%		Feminino	%		TOTAIS		
		↓	→		↓	→	Número	% ↓	% →
4 – 42	9	2,02	14,28	54	19,78	35,74	63	8,77	99,9
46 – 84	19	4,26	34,5	36	13,18	65,45	55	7,66	99,9
88 – 126	28	6,29	36,8	48	17,58	63,15	76	10,58	99,9
130 – 252 *	176	39,55	64,0	99	36,26	36,0	275	38,30	100,0
256 – 420	129	28,98	83,7	25	9,15	16,23	154	21,44	99,9
424 – 630	48	10,78	85,7	8	2,93	14,28	56	7,74	99,9
634 – 840	17	3,82	85,0	3	1,09	15,0	20	2,98	100,0
844 – 1.260	12	2,69	100,0	–	–	–	12	1,69	100,0
Acima de 1.260	7	1,57	100,0	–	–	–	7	0,97	100,0
TOTAL	445	99,96	–	273	99,97	–	718	99,9	–

FONTE: Levantamento de campo – Curso de Mestrado em Economia – CAEN.

* Classe onde se encontra o salário mínimo.

% ↓ Participação por sexo.

% → Participação por classe de renda.

TABELA VII

FORTALEZA

População Economicamente Ativa (PEA) por Setor de Atividade de acordo com o Sexo e Idade (Em Percentual)

1973

SETOR DE ATIVIDADE	IDADE		14 - 19		20 - 29		30 - 39		40 - 59		60 E MAIS		TOTAL		TOTAL GERAL
	SEXO		M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
PRIMÁRIO			--	--	<u>2,8</u>	--	<u>5,9</u>	--	<u>6,4</u>	--	--	--	<u>3,9</u>	--	<u>2,4</u>
SECUNDÁRIO			<u>25,4</u>	<u>13,0</u>	<u>24,8</u>	<u>6,7</u>	<u>38,6</u>	<u>13,8</u>	<u>29,1</u>	<u>2,6</u>	<u>26,7</u>	--	<u>23,2</u>	<u>8,2</u>	<u>21,2</u>
Indústria			9,5	10,9	9,6	6,3	19,8	13,8	3,7	1,3	--	--	10,1	7,1	9,0
Construção Civil			15,9	2,1	15,2	1,3	18,8	--	25,4	1,3	26,7	--	19,1	1,1	12,2
TERCIÁRIO			<u>61,9</u>	<u>45,7</u>	<u>49,9</u>	<u>58,1</u>	<u>43,6</u>	<u>39,6</u>	<u>51,8</u>	<u>53,9</u>	<u>46,7</u>	<u>57,2</u>	<u>51,9</u>	<u>50,8</u>	<u>51,4</u>
Serviço Pessoal			6,4	21,8	4,1	21,5	4,0	20,7	3,7	37,2	--	14,3	4,2	25,8	12,4
Serviço Administrativo			3,2	6,5	5,3	7,5	2,0	--	0,9	--	--	--	3,9	3,4	3,7
Serviço Aux. Produção			19,0	--	5,5	1,3	6,9	--	11,8	--	20,0	14,3	9,9	0,7	6,4
Comércio			19,0	6,5	15,2	16,4	12,3	10,3	20,9	9,0	6,7	14,3	16,4	11,2	14,4
Educação e Saúde			--	10,9	0,7	11,4	1,0	6,9	0,9	5,4	--	14,3	0,7	9,0	3,8
Serviço Público			1,6	--	4,0	--	1,0	--	1,8	--	6,7	--	3,0	--	1,8
Transporte			3,2	--	11,0	--	14,9	--	10,0	--	13,3	--	10,6	--	6,6
Biscate			9,5	--	4,1	--	--	1,7	1,8	1,8	--	--	8,2	0,7	2,3
ARTESANATO			<u>11,1</u>	<u>34,8</u>	<u>17,2</u>	<u>30,1</u>	<u>10,9</u>	<u>43,1</u>	<u>10,0</u>	<u>41,0</u>	<u>20,0</u>	<u>42,3</u>	<u>13,4</u>	<u>36,9</u>	<u>22,4</u>
OUTROS			<u>1,6</u>	<u>6,5</u>	<u>5,3</u>	<u>5,1</u>	<u>1,0</u>	<u>3,5</u>	<u>1,8</u>	<u>2,5</u>	<u>6,6</u>	--	<u>1,6</u>	<u>4,1</u>	<u>2,6</u>
TOTAL			100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Levantamento de Campo - Curso de Mestrado em Economia - CAEN.

TABELA VIII

FORTALEZA

Renda Média Mensal* dos Residentes Ocupados por Faixa Etária e Grupos Ocupacionais

1973

Ocupação Grupo de Idade	Ativid. Primária	Serv. Pessoais	Serv. Adminis- trativos	Serv. Aux.Pro- dução	Indús- tria	Constru- ção Civil	Comér- cio	Educação e Saúde	Arte- sãos	Serviço Público	Trans- porte	Biscates	Outros
14 a 19	-	107,85	255,28	160,65	147,71	192,15	220,00	164,64	110,67	315,00	69,50	284,88	196,00
20 a 24	126,00	167,16	366,61	483,71	231,00	141,75	354,00	206,85	246,41	545,16	537,01	211,38	173,00
25 a 29	168,00	169,80	343,89	210,00	259,22	367,22	191,26	221,21	335,03	357,00	532,93	286,98	294,00
30 a 34	289,80	180,60	-	199,92	239,23	323,40	534,19	410,55	296,81	701,40	223,81	-	298,00
35 a 39	651,00	129,86	602,70	212,10	363,30	376,96	211,59	365,40	306,76	193,20	445,13	210,00	-
40 a 44	321,30	434,80	-	292,95	197,40	336,75	227,43	494,92	175,85	189,00	341,04	100,80	-
45 a 49	-	131,25	470,40	211,38	387,78	334,61	166,00	105,00	414,59	-	283,50	-	203,70
50 a 54	189,00	247,04	-	259,34	-	319,20	201,97	-	190,84	567,00	-	252,00	-
55 a 59	223,90	178,50	-	189,00	193,20	340,00	199,50	-	52,92	-	270,90	80,00	-
60 a 64	-	126,00	-	214,20	-	243,00	-	-	414,75	-	1.344,00	-	-
65 a mais	-	-	-	-	-	638,00	136,50	-	56,70	433,00	-	-	-

FONTE: Levantamento de Campo - Curso de Mestrado em Economia - CAEN.

* Em Cr\$.

TABELA IX
FORTALEZA

Renda Média Mensal (Em Cr\$) dos Residentes Ocupados por Nível de Instrução, Sexo e Origem

1973

Origem	Migrante		Não-migrante		Total	
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
Instrução						
Analfabeto	285,39	118,90	286,18	80,51	286,10	99,70
Lê e escreve sem escolaridade	562,25	158,08	322,01	105,00	442,13	131,54
Pré-primário	250,32	136,92	—	67,20	250,32	102,06
1a. a 3a. Série Primária	347,63	178,29	288,70	157,24	318,19	167,74
4a. a 5a. Série Primária	352,33	162,62	294,67	151,57	323,48	157,08
Ginasial	490,81	189,25	284,13	277,20	387,49	233,22
Colegial	431,21	261,78	504,58	164,38	467,88	213,06

FONTE: Levantamento de campo — Curso de Mestrado em Economia — CAEN.

TABELA X
FORTALEZA
Residentes Ocupados, Segundo Nível de Instrução, Sexo e Origem
1973

Origem	Migrante						Não-migrante										Total Geral	
Sexo	Masc		Fem		Subtotal		Masc		Fem		Subtotal		Masc		Fem			
Instrução	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%
Analfabeto	99	35,1	54	31,4	153	33,7	31	19,5	12	13,0	43	17,1	130	29,5	66	24,9	196	27,8
Lê e Escreve sem Escolaridade	23	8,2	11	6,4	34	7,5	6	3,8	2	2,1	6	3,2	29	6,6	13	4,9	42	6,0
Pré-Primário	5	1,8	5	2,9	10	2,2	—	—	1	1,1	1	0,4	5	1,1	6	2,3	11	1,6
1a. a 3a. Série Primária	74	26,2	38	22,1	112	24,7	47	29,5	27	29,0	74	29,4	121	27,4	65	24,5	186	26,3
4a. a 5a. Série Primária	53	18,8	42	24,4	95	20,9	50	31,4	32	34,4	82	32,5	103	23,3	74	27,9	177	25,0
Ginásial	21	7,4	17	9,9	38	8,4	17	10,7	11	11,8	28	11,1	38	8,6	28	10,6	66	9,3
Colegial	3	1,0	3	1,7	6	1,3	7	4,4	7	7,5	14	5,5	10	2,3	10	3,8	20	2,8
NS ~ NR*	4	1,4	2	1,2	6	1,3	1	0,6	1	1,1	2	0,8	5	1,2	3	1,1	6	1,1
Total	282	99,9	172	100,0	454	100,0	159	99,9	93	100,0	252	100,0	441	100,0	265	100,0	705	99,9

FONTE: Levantamento de Campo — Curso de Mestrado em Economia — CAEN.

* Não sabe ou não respondeu.

TABELA XI
FORTALEZA
DISTRIBUIÇÃO DOS RESIDENTES OCUPADOS SEGUNDO TEMPO DE EXPERIÊNCIA NA OCUPAÇÃO, SEXO E ORIGEM
1973

Origem	Migrante									Não-Migrante									Totais								
	M			F			M+F			M			F			M+F			M			F			M+F		
	No.	% ↓	% →	No.	% ↓	% →	No.	% ↓	% →	No.	% ↓	% →	No.	% ↓	% →	No.	% ↓	% →	No.	% ↓	% →	No.	% ↓	% →	No.	% ↓	% →
0 a 2 anos	128	44,5	64,9	69	38,7	35,0	197	42,6	99,9	71	44,0	59,1	49	51,5	40,8	120	46,8	99,9	199	44,7	68,7	118	43,2	37,2	317	44,1	99,9
2 a 5 anos	50	17,6	58,1	36	20,2	41,8	86	18,6	99,9	33	20,4	68,7	15	15,7	31,2	48	18,7	99,9	83	18,6	61,9	51	18,6	32,0	134	18,6	99,9
5 a 10 anos	33	11,6	50,7	32	17,9	49,1	65	14,0	99,9	20	12,4	58,8	14	14,7	41,1	34	13,2	99,9	53	11,9	53,5	46	16,8	46,4	99	13,7	99,9
10 a 15 anos	13	4,5	48,1	14	7,8	51,8	27	5,8	99,9	8	4,9	72,2	3	3,1	27,2	11	4,2	99,9	21	4,7	55,2	17	6,2	44,7	38	5,2	99,9
15 anos e mais	53	18,6	67,9	25	14,0	32,0	78	16,8	99,9	23	14,2	65,7	12	12,6	34,2	35	13,6	99,9	76	17,0	67,2	37	13,5	32,7	113	15,7	99,9
NS - NR*	7	2,4	77,7	2	1,1	22,2	9	1,9	99,9	6	3,7	75,0	2	2,1	25,0	8	3,1	100,0	13	2,9	76,4	4	1,4	23,5	17	2,3	99,9
TOTAIS	284	99,2	—	178	99,7	—	462	99,7	—	161	99,6	—	95	99,7	—	256	44,5	—	445	99,8	—	273	99,7	—	718	99,7	—

FONTE: Levantamento de Campo — Curso de Mestrado em Economia — CAEN.

*Não sabe ou não respondeu.

%↓ — Participação por sexo.

%→ — Participação por tempo na ocupação.

TABELA XII
FORTALEZA
 Renda Mensal (Em Cr\$) dos Residentes Ocupados, por Sexo, Origem, Segundo Tempo de Experiência
 na Ocupação
 1973

TEMPO NA OCUPAÇÃO	ORIGEM SEXO	MIGRANTES		NÃO-MIGRANTES		MÉDIA TOTAL	
		Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
0 a 2 anos		294	164	237	156	265	160
2 a 5 anos		359	134	336	166	347	150
5 a 10 anos		479	169	302	126	390	147
10 a 15 anos		413	141	305	210	359	175
15 a mais anos		401	191	423	183	412	187
NS/NR *		309	161	422	163	362	162
MÉDIA TOTAL		374	160	337	167	355	163

FONTE: Levantamento de campo – Curso de Mestrado em Economia – CAEN.

* Não sabe ou não respondeu.

Abstract: This paper discusses, initially, the Informal Labor Market in the marginality context. Then, it points out some of the main conceptions concerning this market and present in the literature on the subject. Next, it develops a case study based on data collected through questionnaires applied on a sample of the poor population, in Fortaleza, capital of the State of Ceará, Brazil, in December 1973, by the Master's Course in Economics (CAEN), of the Federal University of Ceará (UFC). Some socio-economic indicators are found and associated to the characteristics of the local economy. Some of the relevant results can be indicated: (a) 51,4 per cent of the employed population are linked to the Tertiary Sector and receive very low wages; (b) formal education is not a prerequisite to higher incomes; (c) informal education, understood as the number of years of experience in a certain occupation, can be easier translated into income improvements. Finally, some of the mechanisms that are responsible for keeping that situation are listed; some corrective measures are suggested and their limitations in face of essentially political decisions are emphasized.

